



Número: **0002309-98.2016.8.17.2001**

Classe: **Recuperação Judicial**

Órgão julgador: **Seção A da 21ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **25/01/2016**

Valor da causa: **R\$ 3.533.844,27**

Assuntos: **Administração judicial**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
VINILPLAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (REQUERENTE)	
	CARLOS GUSTAVO RODRIGUES DE MATOS (ADVOGADO(A)) GUILHERME PINHEIRO LINS E SERTORIO CANTO (ADVOGADO(A)) NATHALIA PAZ SIMOES (ADVOGADO(A))
AMBRA ACABAMENTOS LTDA (REQUERIDO(A))	
	RÔMULO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO(A)) BRUNO MATHEUS VICENTE DE MEDEIROS (ADVOGADO(A))

Outros participantes	
31º Promotor de Justiça Cível da capital (FISCAL DA ORDEM JURÍDICA)	
PGE - Procuradoria da Fazenda Estadual (INTERVENIENTE NECESSÁRIO (PGE))	
Procuradoria da Fazenda Municipal (INTERVENIENTE NECESSÁRIO (PGE))	
VIVANTE GESTAO E ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)	
	FELLIPE SÁVIO ARAÚJO DE MAGALHÃES (ADVOGADO(A)) ARMANDO LEMOS WALLACH (ADVOGADO(A))
24º Promotor de Justiça Cível da Capital (FISCAL DA ORDEM JURÍDICA)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9997321	03/02/2016 10:43	<a href="#">Despacho</a>	Despacho



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Poder Judiciário  
**Seção A da 21ª Vara Cível da Capital**

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA, RECIFE -  
PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0002309-98.2016.8.17.2001**

REQUERENTE: VINILPLAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

REQUERIDO: AMBRA ACABAMENTOS LTDA

**DESPACHO**

Vistos, etc ...

Alega que exerce atividade no ramo de bolas de vinil, explorando a marca “Bolas Canarinho” desde 1968, com a ampliação do mercado, instala-se no Bairro da Mustardinha no ano de 1981, onde mantém sua sede atualmente, com significativo quadro de funcionários.

Aduz que o produto "Bolas Canarinho" são conhecidos e aprovados por conterem um ótimo acabamento e maior durabilidade em relação as concorrentes e a empresa conta com a missão de fornecer produtos de alta qualidade a baixo custo operacional, sempre preocupada com a segurança e com a proteção do meio ambiente, hoje está entre as melhores do país, buscando inovar e ampliar seus produtos.

Argumenta que a crise econômico-financeira atual motivou o pedido de recuperação judicial ora formulado, cujos efeitos está a redução de crédito de terceiros, com o aumento de taxas de juros e redução do prazo de financiamento, além da restrição de acesso ao crédito bancário, fatores que ocasionam corrosão do capital próprio da Promovente, o aumento do endividamento e a redução da capacidade de pagamento em curto prazo.

Argumentando que não obstante a crise, tem a Requerente capacidade de se recuperar para solver suas obrigações sem comprometer seu funcionamento, mostrando que o processamento do respectivo plano de recuperação judicial irá *“viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica”* (art. 47, da Lei nº. 11.101/2005).

Formula, assim, o processamento do pedido, nos termos do artigo 52, da Lei 11.101, de 2005.



Da leitura da narrativa contida na peça de ingresso e os documentos que a instruem, vejo estarem preenchidos os requisitos necessários para o deferimento do pedido de processamento da Recuperação Judicial da **VINIPLÁS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, aqueles elencados no artigo 51, da Lei 11.101 de 2005.

Posto isso, considerando presentes e atendidos os requisitos exigidos pelo artigo 51, da Lei nº 11.101, de 09.02.05, defiro o pedido de recuperação judicial, em consequência:

1 – Nomeio administrador judicial VIVANTE GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ do Ministério da Fazenda.

2 - Determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que as devedoras exerçam suas atividades, exceto para a contratação com o Poder Público ou para o recebimento de benefícios ou incentivos fiscais creditícios, acrescendo, em todos os atos, contratos e documentos firmados pelas autoras, após o respectivo nome empresarial, a expressão "em Recuperação Judicial";

3 - Ordeno a suspensão de todas as ações ou execuções contra as devedoras, na forma do art. 6º da mesma lei, tudo nos exatos termos do item III do respectivo art. 52;

4- Determino às devedoras a apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto durar a recuperação judicial, sob a sanção da lei;

5 - Ordeno a intimação do Ministério Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal e todos os Estados e Municípios em que as devedoras tiverem estabelecimento.

6 - Determino, finalmente, a expedição de edital para publicação no órgão oficial, que conterà os requisitos dos três itens do § 1º do mesmo art. 52.

Cumpra-se.

Recife, 04 de fevereiro de 2016.

P.R.I.

Nehemias de Moura Tenório

Juiz de Direito

